

2005, um ano que promete avanços

Muito tem sido escrito sobre os excelentes resultados obtidos pelo País no âmbito da gestão macroeconômica, especialmente nas últimas semanas que antecederam o início de um novo ano, reforçando as expectativas positivas com relação ao desempenho da economia em 2005.

De fato, não há como deixar de reconhecer a competência e louvar o trabalho realizado pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e suas equipes. Liderança e o firme respaldo do presidente Lula à política econômica foram fundamentais para o êxito.

Não foram poucas as vozes dissidentes, tanto de lideranças políticas como empresariais, clamando por metas de inflação mais flexíveis e por uma queda mais rápida nas taxas de juros, como forma de acelerar a expansão das atividades e combater o desemprego. Não foram poucos, também, os que procuraram tirar o mérito da atual administração, com argumentos levemente de que as políticas de estabilização já vinham sendo implementadas pelo governo passado, como se disciplina fiscal e política monetária austera fossem direitos exclusivos dos que antecederam a atual administração.

O fato é que, para a decepção dos paladinos da especulação, o governo teve lucidez para priorizar a solidez da economia, essencial à gover-

nabilidade e para viabilizar as políticas públicas, especialmente as destinadas a enfrentar os desafios sociais.

Sem querer fazer previsões específicas para o ano que ora se inicia, acredito ser mais importante apontar para o ambiente com o qual deveremos conviver, que creio será ainda mais promissor. Temos condições de registrar um crescimento em nível pelo menos igual ao de 2004, com inflação controlada e desempenho expressivo na agricultura, na indústria e no comércio exterior. Os investimentos estrangeiros diretos serão significativos. Os fundamentos da eco-

"Governo teve lucidez para priorizar a solidez da economia"

nomia deverão ser ainda mais fortalecidos, assegurando ao País menor vulnerabilidade a choques externos.

Sem eleições no calendário político, com a questão da sucessão das lideranças no Congresso, possíveis mudanças ministeriais e ainda a recomposição da base de sustentação parlamentar equacionadas ao longo dos primeiros dois ou três meses, é de esperar que os trabalhos legislativos sejam mais fluidos do que em 2004 e levem adiante a aprovação de reformas indispensáveis, dentre elas a tributária.

Não obstante as expectativas positivas para a economia, temos muito por fazer pela frente.

Os indicadores sociais continuam preocupantes e não podemos almejar ser uma nação desenvolvida sem políticas sociais que resultem em

melhores condições de saúde e educação e acesso ao mercado consumidor.

A dimensão do Estado, o gasto público, a eficácia e a eficiência da administração deixam ainda muito a desejar por conta de uma burocracia e regulamentação excessivas que dificultam e oneram a atividade econômica. O Estado precisa recuperar a capacidade de poupança, condição essencial para gradual redução da carga tributária, e aprimorar mecanismos de controle da aplicação de recursos em seus programas sociais.

As legislações sindical e trabalhista precisam ser modernizadas, pois representam um fator de inibição significativo para o crescimento do mercado de emprego formal. Ainda que seja difícil a aprovação de uma ampla reforma, é fundamental que sejam implementadas ações pontuais que resultem em menor custo para o setor privado, especialmente para pequenas e médias empresas.

Precisamos aprofundar ainda mais as ações em curso para o aumento da competitividade do País, por investimentos urgentes em infraestrutura e logística que beneficiarão, em particular, o comércio exterior.

A recente aprovação das PPPs será instrumento facilitador para novos investimentos. Todavia, ainda persistem dúvidas e reservas com relação à estabilidade das regras para investimentos diretos, sobretudo em infraestrutura,

os quais exigem recursos de longo prazo. A nova legislação para as agências reguladoras, a ser aprovada nos próximos meses, deverá refletir essas inquietudes, assegurando marco regulamentar duradouro e equilibrado para os interesses do Estado, dos investidores e da sociedade, independentemente dos anseios conjunturais dos governantes. Observamos com preocupação movimentos na esfera do governo federal interessados em maior ingerência na atividade econômica.

Precisamos estimular o empreendedorismo, o desenvolvimento de novas tecnologias e ampliar as fontes de financiamento de longo prazo. O setor privado vem dando evidências de grande capacidade de adaptação e de aumento de produtividade. Não cabe distinção entre investidores na-

cionais ou estrangeiros. Ambos assumem riscos nas decisões e contribuem para o crescimento do País e expansão das oportunidades de emprego. Assim sendo, devem ser tratados com isonomia, conforme previsto na Constituição.

Em síntese, os desafios são imensos, mas não podemos esmorecer. Outros países estão perseguindo com celeridade os mesmos objetivos. A diferença reside na execução e na competência em alavancar as vantagens comparativas. 2005 é ano promissor para novos avanços.

* Presidente da Câmara de Comércio Americana e coordenador-geral do Grupo de Investidores Estrangeiros (GIE).

"Ainda persistem dúvidas com relação à estabilidade das regras"